



Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na segunda-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na segunda-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,93% São Paulo	171.688 172.447 1/7 2/7 3/7 6/7	R\$ 5,132 (- 0,71%)	30/junho 5,163 1/julho 5,210 2/julho 5,208 3/julho 5,169	R\$ 1.621	R\$ 5,872	14,15%	14,14%
1,29% Nova York							Janeiro/2026 0,33 Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No primeiro dia de audiências sobre tarifa comercial adicional ao Brasil, governo envia carta criticando medidas

Itamaraty fala que sobretaxa é um “erro”

» RAPHAEL PATI
» LUIZA ALTOÊ
» PEDRO JOSÉ*

Em mais um capítulo do “tarifaço” liderado pelo governo dos Estados Unidos, Escritório do Representante do Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) realizou, ontem, a primeira de uma série de audiências para discutir as sobretaxas a produtos brasileiros, com base na Seção 301, da Lei de Comércio dos EUA, de 1974.

Em nova carta enviada, ontem, ao USTR, o governo brasileiro, por meio do ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, contestou formalmente a proposta de nova sobretaxa de 12,5% sobre os produtos brasileiros e classificou a conclusão da investigação contra o Brasil como “errônea”. Além disso, afirmou que a taxação viola as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O documento criticou a proposta de sobretaxa de 12,5% sobre os produtos brasileiros, alegando que o Brasil falhou em impedir a circulação de mercadorias produzidas com trabalho forçado. Antes, o USTR havia sugerido uma tarifa adicional de 25% citando práticas desleais do Brasil que restringem o comércio norte-americano.

Além de rejeitar as conclusões da investigação, do USTR, apontando que elas são “errôneas” e ignoram as evidências apresentadas pelo Brasil, o Itamaraty defendeu que as divergências comerciais devem ser resolvidas pelos mecanismos da OMC, e não por medidas unilaterais punitivas. O documento também reforçou que, desde 2007, os EUA acumulam um superavit comercial superior a US\$ 400 bilhões com o Brasil, o que enfraquece a justificativa da tarifa.

Na carta, o Itamaraty defendeu que o Brasil atua ativamente contra o trabalho análogo à escravidão, ressaltando que o país possui mecanismos robustos de fiscalização, prevenção e punição dessas práticas. Como exemplo, citou a “Lista Suja” do trabalho análogo à escravidão, que reúne empregadores que registraram essa conduta. “As conclusões (do USTR) baseiam-se

CNI



Ricardo Alban, presidente da CNI, esteve reunido, ontem, com o ministro da Fazenda, Dario Durigan. Entidade estima R\$ 14,9 bi em perdas para o setor

em afirmações genéricas e referências a preocupações relacionadas a terceiros países, as quais não estão vinculadas às importações, ao regime jurídico ou ao histórico de fiscalização do Brasil”, escreveu Vieira. Assim, o governo brasileiro solicita que o órgão americano revise suas conclusões, retire as acusações contra o país e desista da imposição das tarifas propostas.

Como argumento para taxar os produtos brasileiros, o governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, acusou o Brasil de adotar práticas desleais. O USTR criticou, por exemplo, o uso indiscriminado do Pix que, segundo eles, prejudicaria a atuação das bandeiras de cartão de crédito dos EUA, e ainda criticou a falta de combate ao crime organizado. Na semana passada, o

governo federal tinha encaminhado um documento às autoridades norte-americanas contestando as alegações e apresentando dados sobre a relação comercial entre os dois países, além de informações sobre as ações brasileiras de preservação ambiental e combate ao desmatamento.

Ao todo, 85 membros de associações, organizações do setor privado e da sociedade civil se inscreveram para participar das sessões, de forma presencial, em Washington. Fontes ouvidas pelo **Correio** afirmaram que a sessão de ontem foi marcada por acusações mais fortes de empresas norte-americanas sobre a tarifa aplicada sobre o etanol — um dos principais motivos de conflito para os Estados Unidos. Enquanto o Brasil cobra uma tarifa de 18% para importar o

combustível norte-americano, os EUA cobram 2,5%.

Apesar da diferença, a taxa brasileira não é restrita ao mercado dos EUA, e, sim, é uma escolha feita com base na Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio). Além disso, o etanol norte-americano é considerado mais barato por ter um impacto de carbono ainda maior. Segundo as mesmas fontes, também foram debatidos temas como o Pix e outros setores de maior impacto para a economia norte-americana, como a carne bovina.

Prejuízos bilionários

Pesquisa divulgada, ontem, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que a possível aplicação de uma tarifa adicional

de 25% pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros pode afetar cerca de 4,1 mil itens exportados pelo Brasil. Caso a medida seja implementada pelo governo norte-americano, aproximadamente US\$ 14,9 bilhões em exportações brasileiras poderão ser atingidos.

O presidente da CNI, Ricardo Alban, afirmou que a cobrança não encontra respaldo jurídico, econômico ou estratégico e defendeu que a cooperação entre os dois países é o melhor caminho para resolver as divergências comerciais.

As negociações ocorrem em meio à corrida contra o prazo estabelecido pelo USTR, que termina no próximo dia 15. Embora audiências públicas sobre a investigação comercial tenham começado em Washington, o Brasil optou por não participar com

manifestações formais, enviando representantes da embaixada apenas como observadores.

A CNI enviou o diplomata e ex-diretor-geral da OMC Roberto Azevêdo para representar o setor produtivo brasileiro. Já o presidente da entidade, Ricardo Alban, que permaneceu em Brasília, disse que aguarda uma resolução pacífica para esse conflito.

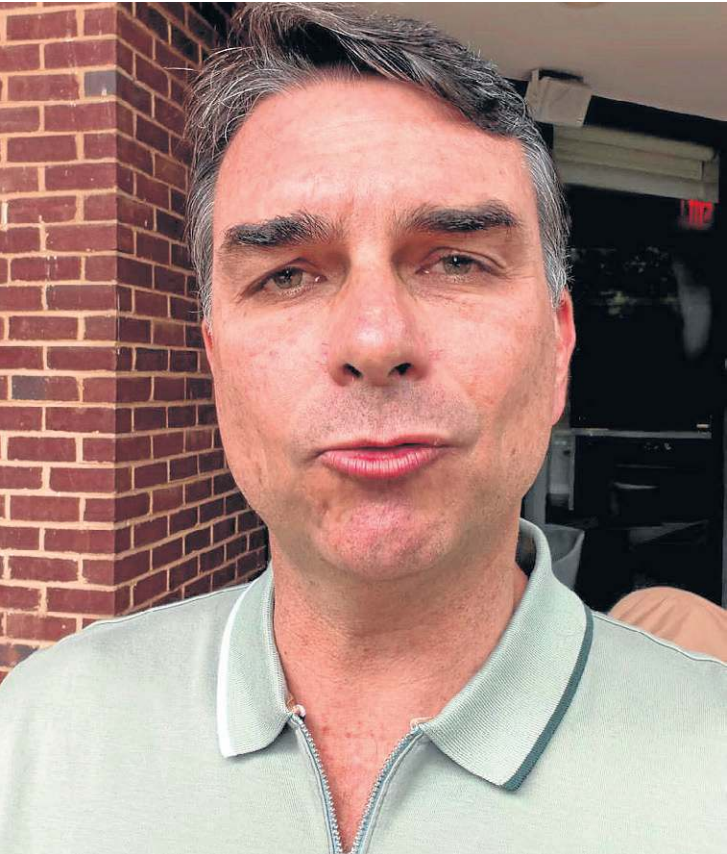
Após participar de uma reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, ontem, em Brasília, o presidente da CNI reforçou que as economias brasileira e norte-americana são complementares e também concordou que a tarifa de 25% seria um “exagero” para a relação entre os dois mercados. “Se nós olharmos 13 dos maiores produtos que serão impactados, em 11 deles nós somos o maior exportador, o maior fornecedor para a economia americana”, comentou.

Economista e professor da Universidade de Brasília (UnB), César Bergo ressaltou que uma eventual tarifa adicional de 25% afetaria diretamente a competitividade dos produtos brasileiros no mercado norte-americano e traria prejuízos para ambos os países. “Muitos dos produtos atingidos fazem parte de cadeias produtivas integradas, inclusive de empresas americanas instaladas no Brasil, que exportam componentes para complementar a produção nos Estados Unidos”, disse.

Na avaliação do economista Benito Salomão, professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o impacto é “muito limitado”. Segundo ele, os Estados Unidos não são o principal parceiro comercial do Brasil e que apesar de ser um parceiro importante, não o principal. “O Brasil tem tanto uma pauta exportadora quanto um número de parceiros relativamente diversificado. Esses produtos em análise são commodities, matérias-primas em geral cuja demanda pode surgir em outros lugares. Então, há uma elasticidade baixa da demanda”, acrescentou.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

Reprodução/Redes Sociais



Senador tem fala prevista no primeiro painel, em Washington

» ARMANDO HOLANDA

O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) participa, hoje, em Washington, de um dos painéis do segundo dia da audiência pública promovida pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) para discutir as taxas adicionais contra o Brasil nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio norte-americana.

O USTR propôs a aplicação de sobretaxas de 25% aos produtos brasileiros, mas a decisão final deve ser anunciada no próximo dia 15. As audiências começaram ontem, quando estavam previstos sete painéis com representantes de empresas e entidades exportadoras do Brasil e dos EUA. O pré-candidato participa hoje do primeiro painel do dia. Ao todo, serão 14 painéis nos dois dias de audiência. Também estão incluídos nesse mesmo painel o ex-diretor-geral da Organização Mundial

do Comércio (OMC) Roberto Azevêdo, representando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), e Letícia Sperb Masselli, da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados).

Embora critique a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o endurecimento das medidas comerciais por parte dos Estados Unidos ocorreu após uma viagem de Flávio Bolsonaro ao país. O senador se encontrou com o presidente dos EUA, Donald Trump, e defendeu que as facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) fossem classificadas como organizações terroristas. E, quando Trump anunciou as novas tarifas sobre produtos brasileiros, o republicano publicou uma fotografia ao lado do senador nas redes sociais e agradeceu ao parlamentar pela conversa.

Em vídeo gravado em Washington, o filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse, ontem, que

sua presença na audiência tem como objetivo defender os interesses das empresas brasileiras e contestou críticas feitas por integrantes do governo e aliados de Lula.

“Estou aqui para defender os interesses do povo brasileiro, mesmo sem ser o presidente do Brasil, ainda. E vejo notícias dizendo que posso atrapalhar. Está de brincadeira! O Lula já atrapalhou e vai ser difícil reverter o estrago que ele causou. E estou aqui, mesmo com a construção desta narrativa mentirosa contra mim. Não vou me omitir. E farei a minha parte para defender os interesses do povo brasileiro, sempre”, declarou. Ele voltou a criticar o fato de o governo brasileiro não ter enviado representante para falar nas audiências.

O parlamentar disse que sua manifestação abordará aspectos técnicos e políticos relacionados à investigação comercial conduzida pelos EUA. “Vou defender o Pix, que foi criado no governo do presidente Bolsonaro, e promoveu

a inclusão de milhões de brasileiros no sistema bancário, principalmente os mais humildes, que fazem agora o Pix com segurança e sem taxas. O Pix é sagrado para todos nós, brasileiros”, afirmou. Ele atribuiu ao governo Lula a responsabilidade pelo agravamento das relações comerciais com os Estados Unidos e disse que a atual condução da política externa favoreceria a imposição das tarifas.

Integrantes da gestão petista afirmam que a investigação dos EUA encontra dificuldades para sustentar, do ponto de vista comercial, a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre produtos brasileiros.

A leitura é de que, diferentemente de outros parceiros comerciais dos Estados Unidos, o Brasil mantém uma relação amplamente superavitária com os norte-americanos, o que reduziria o espaço para justificar sanções baseadas em práticas consideradas desleais.